

**A TELEVISÃO NOS JORNAIS: A IMPRENSA ESCRITA DE SÃO PAULO
E O DISCURSO SOBRE O APARECIMENTO DA TV NO BRASIL**

Silmara Cristina DELA-SILVA¹

ABSTRACT: This study has the purpose to analyze the discourse of the emergence of television in Brazil in its formulation by the written press of Estado de São Paulo, based on theoretical and methodological presuppositions of the Discourse Analysis. It's aim to understand how the circulation of paulistas newspapers since the 1950s constitutes meanings for the beginning of teletransmissions, which were brought about by the opening of TV Tupi in São Paulo, in september of 1950 by means of published articles by the following newspapers Folha de S. Paulo, O Estado de São Paulo and Correio Paulistano.

Considerar o discurso de forma geral e, em particular, o discurso jornalístico sob a ótica da Análise de Discurso francesa é pensar as condições de produção, as relações de sentido em que são produzidos esses discursos, a sua historicidade. É avançar em relação aos estudos que tradicionalmente pensam a tecnologia voltada à comunicação como um simples meio de transmissão, destinado a levar as mensagens produzidas pelos órgãos de comunicação à sociedade.

É neste contexto que se insere este trabalho, que tem como finalidade compreender como o aparecimento da televisão no Brasil, em 1950, se constitui, é formulado e posto em circulação na/pela imprensa brasileira, em um processo particular de constituição de sentidos. Por meio da identificação do processo discursivo, também é objetivo deste trabalho buscar a compreensão de como o discurso dos principais jornais em circulação na época de inauguração das primeiras emissoras de televisão e da sua consolidação no país participa da constituição da memória histórica da TV brasileira.

Para isso, serão analisadas reportagens sobre a televisão publicadas pelos principais noticiários impressos do Estado de São Paulo – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano* – entre 1950, ano de inauguração da primeira emissora de TV na capital paulista, e 1969, quando os primeiros programas produzidos no país passam a ser transmitidos em rede para o território nacional, com a consolidação da televisão entre os principais órgãos de comunicação existentes no Brasil.

O discurso sobre o aparecimento da televisão no Brasil é formulado tendo como interdiscurso o discurso sobre a comunicação e as suas tecnologias no país. Com a primeira transmissão no Brasil em setembro de 1950, data da inauguração da *TV Tupi* em São Paulo, a televisão altera as formas de comunicação, acrescentando o não-verbal à sua formulação discursiva, numa combinação entre texto e imagens. Segundo Orlandi

¹ Doutoranda em Análise de Discurso do Programa de Pós-Graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), Unicamp, sob orientação da Profa. Dra. Mônica Zoppi-Fontana. E-mail: silmara.dela@uol.com.br

(1995), a mídia trabalha com a “redução do não-verbal ao verbal, produzindo o efeito de transparência, da informação, do estável” (p. 41-42).

As formas como o aparecimento da televisão significa estão relacionadas não apenas ao discurso formulado pela televisão desde a sua primeira transmissão na capital paulista, com o efeito de sentido produzido pela junção entre o verbal e não-verbal, mas também ao discurso sobre a TV em circulação no momento histórico de sua inauguração. O discurso sobre a televisão significa em diferentes segmentos sociais no momento de seu aparecimento, a partir de sujeitos do discurso diferenciados. Um dos locais de circulação e formulação desse discurso sobre é a imprensa escrita, objeto de análise deste trabalho.

Por meio da produção de um discurso em que o sujeito parece ser o próprio fato relatado, buscando a produção de um efeito de objetividade, a imprensa escrita paulista das décadas de 1950 e 1960 relata o aparecimento e a consolidação da televisão no Brasil. A busca pela objetividade resulta na produção pela imprensa do discurso sobre, modalidade discursiva que tem como finalidade produzir o efeito de distanciamento em relação àquilo sobre o que se fala. Segundo Mariani (1998:60), “um efeito imediato do falar sobre é tornar objeto aquilo sobre o que se fala”, o que permite à imprensa “formular juízos de valor, emitir opiniões etc, justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão”. Esse é um dos efeitos produzidos pela imprensa enquanto sujeito enunciativo ao relatar o aparecimento da televisão no país, produzindo o discurso sobre a TV.

Outro efeito é a participação na constituição da memória sobre a televisão. Ao assumir a nova mídia como objeto discursivo, a imprensa escrita produz significação para a TV na sociedade em um momento histórico dado e participa da constituição da memória brasileira da televisão. Memória considerada não apenas como arquivo ou lembrança dos primeiros anos de televisão no país, como tratado pelo senso comum, mas também como pré-construído do discurso sobre a televisão em seus 56 anos no Brasil. Ao tratar da memória discursiva na imprensa, Mariani (idem:38) afirma que,

a memória pode ser entendida como a reatualização de acontecimentos e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização. (...) O “recordar” possibilitado pela memória também se concretiza no movimento do presente em direção ao devir, engendrando assim uma espécie de “memória do futuro” tão imaginária e idealizada quanto a museificação do passado em determinadas circunstâncias.

Considerar esta relação permanente entre passado e futuro proporcionada pela imprensa ao tratar dos acontecimentos do presente é compreender como o já-dito se atualiza no dizer e como esse mesmo dizer produz antecipações, o que Mariani (1998) define como uma espécie de “memória do futuro”. Analisar o discurso da imprensa paulista sobre a televisão e o seu surgimento, desta forma, é buscar os processos discursivos singulares que constituem a memória do veículo de maior alcance nacional sob a ótica dos jornais, memória que constitui sentidos para a história da sociedade brasileira a partir do século XX.

Corpus discursivo e metodologia

Considerando os objetivos deste trabalho, expostos na seção anterior, o material de análise será constituído das edições dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *Correio Paulistano*, publicadas entre 1950 e 1969. Maiores jornais em circulação no Estado de São Paulo e com abrangência nacional, os impressos integram a chamada imprensa de referência do país, conceito definido por Imbert (apud Mariani, 1998:240) como aquela que “contribui na representação/conformação da opinião pública, tanto no plano nacional quanto internacional”.

A partir de uma análise prévia do material, será realizado um novo recorte, com a seleção das reportagens que tratam do aparecimento e da consolidação da televisão no Brasil, tendo como base a noção de trajeto temático. Segundo Malidier e Guilhaumou (1997:165), trata-se da “distinção entre ‘o horizonte de expectativas’ – o conjunto de possibilidades atestadas em uma situação histórica dada – e o acontecimento discursivo que realiza uma dessas possibilidades”. Ao tratarmos da televisão e da sua inauguração em São Paulo não pressupomos a existência de um referencial fixo como objeto das matérias jornalísticas selecionadas, mas de um acontecimento discursivo produzido em um determinado momento histórico.

De acordo com Malidier e Guilhaumou (1997), “o acontecimento discursivo não se confunde com o fato designado pelo poder, nem mesmo com o acontecimento construído pelo historiador. Ele é apresentado na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado”, na tematização. A partir dessa concepção, o trajeto temático do aparecimento e da consolidação da TV no Brasil será identificado a partir do material de análise, tendo em vista a formulação discursiva.

O método empregado para a análise do discurso jornalístico sobre o aparecimento da televisão no Brasil será o lingüístico e histórico, que tem como finalidade a observação do discurso considerando os aspectos históricos e ideológicos de sua constituição. O método busca descrever as sistematicidades lingüísticas e as regularidades discursivas, observadas a partir do material de análise, estabelecer as relações entre a língua e a história e considerar o sujeito e a sua relação com o dizer, uma relação que implica contradições.

Os procedimentos metodológicos incluem a passagem da superfície lingüística para o objeto discursivo por meio do percurso de arquivo. Segundo Orlandi (2001), a análise pressupõe duas etapas no contato do analista com o objeto. A primeira etapa constitui-se da passagem da superfície lingüística (o texto) para o objeto discursivo (a formação discursiva a ser observada). Em uma segunda etapa, o analista passa do objeto discursivo para o processo discursivo, observando a formação ideológica do discurso.

O texto jornalístico, supostamente pautado pela objetividade, pretende ser uma narração fiel dos fatos ocorridos, sem a emissão de opiniões ou a formação de juízos de valores. Orlandi (2001) afirma, entretanto, que o discurso de forma geral e, portanto, também o discurso jornalístico não passa de uma intermediação entre o homem e a realidade. Sendo intermediação, o discurso é determinado pelas suas condições de produção, é a representação de dado momento histórico, sob a interpretação do sujeito.

Desta forma, o jornalismo apresenta aos seus leitores o relato de fatos ocorridos, expostos de acordo com a apreensão do jornalista sobre os acontecimentos. O discurso sobre a televisão, seu aparecimento e consolidação no Brasil, formulado pela imprensa escrita paulista nas décadas de 1950 e 1960, significam, portanto, de acordo com a posição dos jornais sobre o acontecimento discursivo de que tratam. Segundo Mariani (1998: 43), “nas páginas do jornal se constrói uma ordem social desambigüizada que coloca em relação e em circulação dizeres autorizados e dizeres anônimos, dando a ilusão de consensos ou dissensos polarizados, esquemáticos”. E complementa: “a mídia funciona, neste sistema, como um elemento fundamental na representação e re-produção dos ‘consensos de significação’”.

Para compreender o processo discursivo de constituição desses “consensos de significação” sobre a televisão, será necessária a passagem do texto, uma parte do discurso selecionado, às formações ideológicas. Essa passagem é feita de acordo com o estabelecido pelo dispositivo analítico que, segundo Orlandi (2001:66), “supõe um trabalho do analista”. Neste trabalho, o dispositivo analítico é composto pelas condições de produção, que incluem a memória discursiva, os sujeitos e a instância de formulação discursiva, além das formações imaginárias, formações discursivas, heterogeneidades discursivas e a tensão entre paráfrase e polissemia, conceitos descritos na próxima seção, que trata da fundamentação teórica da pesquisa.

Fundamentação Teórica

Como fundamentação para a pesquisa, serão adotados os pressupostos teóricos da escola francesa de Análise de Discurso, tais como iniciados por Pêcheux (1997, 1997a, 1990), na França, e desenvolvidos por Orlandi (2001, 2001a, 1998, 1996, 1995) no Brasil. À Análise de Discurso importam os equívocos e as falhas a que está sujeita a língua e como, ao ser empregada por sujeitos, em determinadas condições de produção, ela constitui o discurso que, por sua vez, constitui os sentidos.

Concepção pós-estruturalista da linguagem, a Análise de Discurso não vê o discurso apenas como estrutura, com o sentido restrito à linguagem verbal empregada, mas como acontecimento, tendo a sua compreensão dependente da consideração do extralingüístico, como as condições de produção acionadas no momento de sua formulação. Neste trabalho, o discurso da imprensa escrita paulista sobre o aparecimento e a consolidação da televisão no Brasil será considerado em sua historicidade e em relação à sociedade em que circula.

Nos discursos de forma geral e no discurso da imprensa em particular, os sentidos são constituídos na relação entre o intradiscurso e o interdiscurso, na relação entre a formulação do dizer e o já-dito. Interdiscurso e intradiscurso, conforme descritos por Courtine (apud Orlandi, 2001), representam, respectivamente, os já-ditos que constituem a memória dos dizeres, e a formulação do discurso, a sua atualização.

Para fazer sentido, é necessário que os discursos formulados no intradiscurso estejam inscritos em um interdiscurso, numa memória discursiva que reúne os dizeres, mesmo aqueles já esquecidos, que determinam os discursos. A memória discursiva ou interdiscurso, conceito fundamental na análise de como a imprensa constitui sentidos para o discurso sobre o aparecimento e a consolidação da televisão no Brasil, é definida

por Orlandi (2001:31) como o “que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. A memória, para a Análise de Discurso, não se constitui apenas de recordações propriamente ditas, mas se configura um fator inerente ao discurso. Não há discurso sem memória e essa memória é atualizada permanentemente a cada discurso. Segundo Pêcheux (1990:21), o enunciado é “repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento”.

O interdiscurso é parte das condições de produção do discurso e determina os dizeres a partir da relação do sujeito com a língua e a sua história, por meio da ideologia. Orlandi afirma que a ideologia no discurso é vista não como ocultação, mas como “relação necessária entre linguagem e mundo” (2001:47). A ideologia é responsável pela produção de evidências que colocam o homem em relação imaginária com as suas condições históricas de existência. Segundo Pêcheux (1997:159-160), “é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*”.

Ao mesmo tempo em que constitui os sentidos, a ideologia constitui também o sujeito, denominado forma-sujeito do discurso e apresentado pela AD como o produto de um “processo da interpelação-identificação que *produz* o sujeito no lugar deixado vazio” (Pêcheux, 1997:159). O sujeito do discurso se constitui na conjunção entre língua, história e ideologia, sendo ambíguo por natureza. A ambigüidade do sujeito está em ser ao mesmo tempo livre e submisso, determinando o que diz e sendo determinado pela exterioridade.

Além da constituição de posições sujeito, a compreensão do discurso mobiliza a noção de formação discursiva. O conceito, que tem a sua origem nas reflexões teóricas de Foucault (2000), se caracteriza pela possibilidade de estabelecer regularidades na dispersão característica de todo enunciado. Segundo o autor, constituem-se em uma mesma formação discursiva conjuntos de enunciados que apresentam semelhante sistema de dispersão entre os objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas, que permitam definir regularidades quanto à ordem, às correlações e posições, ao funcionamento ou às transformações. A AD vincula a idéia de formação discursiva ao conceito de formação ideológica que, como exposto em Serrani (1997), elimina gradativamente a concepção de homogeneidade, o processo discursivo visto como uma “máquina estrutural fechada” (p. 26). Em oposição à homogeneidade do processo discursivo, surge a noção de interdiscurso, em que as palavras e os enunciados ganham significação de acordo com o contexto ideológico e histórico de sua produção. Pêcheux (1997:160) chama de formação discursiva o que, “a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. Segundo Pêcheux (idem),

... as palavras, expressões, proposições etc recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas (...) diremos que os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Como afirma Orlandi (2001:43), “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam” e os sentidos se constituem de acordo com o

contexto histórico e ideológico em que os enunciados são produzidos. É o conceito de formação discursiva que permite compreender o porquê de um mesmo enunciado significar de forma diversa em situações diferentes.

As formações discursivas determinam ainda as formações imaginárias que, segundo Pêcheux (1997), permitem o funcionamento dos processos discursivos. As formações imaginárias resultam de processos discursivos anteriores e, como define Orlandi (2001: 40), “são projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso”.

Na base de funcionamento do discurso da imprensa encontram-se ainda os conceitos de paráfrase e polissemia, definidos por Orlandi (1998:14) como “eixo que estrutura o funcionamento da linguagem” ao estabelecer a “relação entre o mesmo e o diferente, a produtividade e a criatividade na linguagem”.

Apesar de em termos discursivos a paráfrase ser tomada como a reafirmação do mesmo e a polissemia, como a ruptura, a diferença, Orlandi (1998) ressalta que a relação entre a paráfrase e a polissemia é contraditória “porque não há um sem o outro, isto é, essa é uma diferença necessária e constitutiva” (p. 15). A relação entre paráfrase e polissemia é decidida pela memória e pelo interdiscurso, e não pelas condições de produção imediatas. O retorno ao mesmo dizer mostra-se em diferentes situações, retomados por sujeitos do discurso também variados. Da mesma forma, a polissemia, com a produção do diferente, dá-se por mesmos sujeitos ou por sujeitos diferentes, em condições de produção também diversas.

Referências Bibliográficas:

- FOUCAULT, M. (2000) As formações discursivas. In: *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- MALDIDIER, D.; GUILHAUMOU, J. (1997) Efeitos do arquivo. A análise do discurso no lado da história. In: ORLANDI, E.P. (org.). *Gestos de leitura*. 2 ed. Campinas: Pontes.
- MARIANI, B.S.C. (1998) *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan.
- ORLANDI, E.P. (2001) *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. 3 ed. Campinas: Pontes.
- _____. (2001a) *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes.
- _____. (1998) Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. *RUA*, Campinas, p. 9-19.
- _____. (1996) *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes.
- _____. (1995) Efeitos do verbal sobre o não-verbal. *RUA*, Campinas, p. 35-47.
- PÊCHEUX, M. (1997) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni P. Orlandi [et al]. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1997a) Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.& HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Trad. Bethania S. Mariani [et al]. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp.
- _____. (1990) *O discurso. Estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes.
- SERRANI, S. (1997) *A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade*. Campinas: Editora da Unicamp. p.23-28.